

PACTO SOCIAL E ALIANÇA POLÍTICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Leia Livros, 15.06 a 14.07.1981

No Brasil desde 1977 estabeleceu-se um pacto social, não uma aliança política. Um pacto social é algo muito mais amplo e mais indefinido do que uma aliança política. Não precisa de acordos expressos, muito menos de documentos assinados. E não pressupõe que a luta de classes desapareça mediante uma trégua qualquer. O essencial em um pacto social é que ele não seja excludente. Que os trabalhadores, além das principais frações da classe dominante, dele participem. Para a classe dominante é fundamental que o modo de produção e o regime político correspondente, que lhes garantem a posição de domínio, sejam assegurados. E para os trabalhadores, é essencial que lhes sejam oferecidas algumas vantagens concretas no plano econômico e político.

Em todos os países democráticos e politicamente estáveis existe um pacto social. No Brasil o presente pacto social pode ser chamado o “pacto social democrático de 1977”, porque foi estabelecido no início do processo de redemocratização do país, depois do último grande golpe autoritário representado pelo “pacote de abril”. A indignação causada por esse ato, quando toda a sociedade já vinha reclamando por democracia, levou a burguesia a abandonar a sua aliança autoritária com a tecnoburocracia estatal militar (a aliança política de 1964), e optar também pela democracia.

O pacto social democrático de 1977, então informalmente estabelecido, baseou-se em três idéias básicas: (1) democracia, que interessava a todos; (2) distribuição gradual de renda, que interessava aos trabalhadores; e (3) aceitação a curto e médio prazo do sistema capitalista, que interessava à burguesia.

Esse pacto obviamente não é um novo pacto populista. Os trabalhadores não são atrelados a burguesia e impedidos de reivindicar. Apenas aceitam, em troca de democracia e de vantagens econômicas graduais mas crescentes, que o projeto socialista, aliás pouco viável no momento, seja postergado. Excetuados uns poucos radicais, não se fala em revolução mas em reforma rumo ao socialismo. A luta de

classes, portanto, é mantida, não apenas no plano sindical, mas também no plano político. Mas essa luta é travada respeitados certos limites básicos. Se a burguesia suspende o processo moderadamente distributivo ora em curso ou se a esquerda radicaliza sua posição, o pacto poderá romper-se, ao invés de consolidar-se. Ora, da mesma forma que não interessa aos trabalhadores uma aliança que os subordine à burguesia, a consolidação desse pacto é hoje, mais do que nunca, necessária. Porque o Estado autoritário capitalista-tecnoburocrático implantado em 1964 não foi ainda definitivamente derrotado, apesar do surgimento do pacto democrático de 1977. (Leia Livros, 15/06 a 14/07)